

# Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas

*Review and historiographical revisionism:  
the clashes about the past and the contemporary political disputes*

Demian Bezerra de Melo\*

## Resumo

Com reconhecida cidadania no âmbito do movimento socialista, o termo *revisionismo* é largamente utilizado em vários contextos em debates historiográficos após a II Guerra Mundial. O propósito deste artigo é o de discutir o significado que a operação revisionista tem adquirido em alguns debates do campo, atentando para o tipo de “economia política” (Fontana, 1998) que tem informado algumas releituras de processos-chave da História Contemporânea. O artigo discute cinco debates, sendo dois considerados matriciais, a saber: sobre a Revolução Francesa, a partir das proposições de François Furet; e sobre o Nazifascismo, a partir das contribuições de Ernst Nolte e Renzo De Felice. Em seguida discutem-se as recentes proposições revisionistas sobre o Franquismo, o Salazarismo e a Revolução Portuguesa de 1974-1975 e o Golpe de 1964 e a Ditadura no Brasil. Não obstante suas particularidades, será possível observar diversos pontos em comum a esses revisionismos, entre os quais o antimarxismo.

Palavras-chave: revisionismo, historiografia, antimarxismo

## Abstract

*With recognized citizenship within the socialist movement, the term “revisionism” is widely used in various contexts in historiographical debates after World War II. The purpose of this article is to discuss the significance that the revisionist operation has acquired in some debates of the field, paying attention to the kind of “political economy” (Fontana, 1998) that has reported some readings of key processes of Contemporary History. The article discusses five debates, two of them considered matrix, namely: on the French Revolution, from the propositions of François Furet, and on Nazi fascism, from the contributions of Ernst Nolte and Renzo De Felice. Then we discuss the recent revisionist propositions about Francoism, Salazar dictatorship and the Portuguese Revolution of 1974-1975 and the 1964 coup and the dictatorship in Brazil. Despite its peculiarities, it will be possible notice many points in common with these revisionisms, including the anti-Marxism.*

*Keywords: revisionism, historiography, anti-Marxism*

---

\* Doutor em História pela UFF e professor substituto do Instituto de História da UFRJ.

Com reconhecida cidadania no âmbito do movimento socialista, o termo *revisionismo* é largamente utilizado em vários contextos em debates historiográficos. Todavia, sua recente utilização em algumas controvérsias recentes da historiografia brasileira tem lhe valido censura dos acusados da operação revisionista, como se seus críticos estivessem aferrados a interpretações tradicionais ou de uma “História Oficial”, além de supostamente “desatentos” quanto aos “novos paradigmas” ou à “pesquisa recente”. O propósito deste artigo é discutir um pouco a pertinência do conceito, a partir de alguns debates historiográficos contemporâneos.

Como é bem conhecido, originalmente o termo apareceu no debate aberto pela intervenção de Eduard Bernstein (1850-1932) na socialdemocracia alemã e na Internacional Socialista já em fins do XIX e início do XX, sendo novamente conjurado nas controvérsias posteriores do movimento comunista internacional ao longo do XX, tornando-se praticamente sinônimo de “traição” (Coates, 1988). Nesses casos, carregava forte carga pejorativa, justificador de dissensos, cisões e perseguições no interior do movimento socialista. Só após a II Guerra Mundial é que os historiadores introduziram o termo no seu vocabulário, em alguns casos para afirmar o caráter renovador de abordagens, em outros, em tom mais crítico, viradas ético-políticas informadas pela disputa ideológica do presente; na maior parte das vezes uma mistura entre essas duas (Traverso, 2007, pp. 95-97).

Na historiografia ocidental sobre a Revolução Russa de 1917, por exemplo, o termo “revisionismo” refere-se a um conjunto de trabalhos que a partir da segunda metade dos anos 1960 se opôs à interpretação ortodoxa/anticomunista dos *coldwarriors* estadunidenses, e se caracterizou pela introdução da história social (Segrillo, 2010). Entretanto, em outros contextos hermenêuticos recentes, o termo apareceu com teor *negativo*, como forma de *crítica* a certas abordagens, principalmente em razão de suas tendências *apologéticas* (e/ou reacionárias), como acontecem nos debates sobre a Revolução Francesa e o Nazifascismo, respectivamente ligados às proposições dos historiadores François Furet (1927-1997) e Ernst Nolte (1923 - ).

Como pontos de referência para a forma como o conceito vem sendo utilizado recentemente, voltemo-nos primeiro para os contextos destes últimos debates, sobre a Revolução Francesa e sobre o Nazifascismo. Em seguida debruçemo-nos sobre o breve exame de três operações revisionistas na historiografia contemporânea, em Portugal, na Espanha e no Brasil, cujos pontos de referência são os distintos regimes ditatoriais que marcaram a história destes países no século XX e cujas marcas se estendem aos embates contemporâneos.

### **Os revisionismos da Revolução Francesa: anatemizando a Revolução**

Desde que um anticomunista da estirpe de François Furet “subiu ao poder” na vida universitária francesa nos anos de 1980 e propôs que a “Revolução

havia terminado”, o fulcro da abordagem canônica sobre aquela Revolução foi posto em xeque. O caráter *burguês* daquela Revolução passaria a ser sistematicamente refutado, no mesmo passo que as influentes interpretações de autores como Georges Lefebvre (1874-1959) e Albert Soboul (1914-1982) foram reduzidas a uma simplista e linear leitura “marxista-leninista”, que alegadamente olharia 1789 como prenúncio de 1917, numa espécie de esquema teleológico simplista que Furet caracteriza como um “catecismo revolucionário”. A propósito, o termo “catecismo revolucionário” apareceu já no título de um artigo seu publicado em 1971 na revista *Annales*, e republicado no seu livro *Penser la Révolution française*, de 1978 (Paris, Gallimard), que é uma espécie de “manifesto” desta ofensiva revisionista (Furet, 1989, pp. 99-144).

Como não foi muito difícil de perceber, o propósito do *revisionismo* de Furet era a desqualificação do próprio conceito de “revolução”. Carregando em sua lapela a posição de ex-esquerdista que havia “tomado juízo” depois de 1956,<sup>1</sup> o historiador francês combateu em sua trincheira para favorecer o consenso conservador que caracterizou a cena política dos anos 1980, de triunfo do neoliberalismo nos países centrais do capitalismo (incluindo a França de Mitterrand) (Cf. Anderson, 1995) e de crise ideológica da esquerda. O balanço de sua atuação parece ter sido reconhecido, especialmente depois que o mesmo escreveu a sua própria explicação de sua pretérita vinculação ao Partido Comunista Francês, através de um livro “sobre a ideia de comunismo” — *O passado de uma ilusão*. Tal percurso levou a que, após a sua morte, o (pouco crível) *Livro Negro do Comunismo* fosse dedicado a sua memória (Furet, 1995; Courtois, 1999).

Analisando o “assalto” a este grande objeto da história moderna, Eric Hobsbawm (1917-2012) ironizou o fato de Furet e seus epígonos, sob o pretexto de declarar a eternidade da sociedade liberal-burguesa no fim do século XX, atacarem o que, na verdade, seriam as próprias interpretações burguesas para 1789, feitas por homens como Joseph Barnave (1761-1793), Louis Adolphe Thiers (1797-1877), François Mignet (1796-1884), Augustin Thierry (1795-1856), François Guizot (1787-1874) etc. Como é conhecido, na verdade, foi essa literatura liberal-burguesa que trouxe à tona, por exemplo, o próprio conceito de *luta de classes* que influenciou decisivamente o pensamento de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) (Hobsbawm, 1996, p.25)<sup>2</sup>, construindo uma chave importante nas leituras clássicas sobre a Revolução. Ademais, toda a historiografia

<sup>1</sup> Refiro-me ao contexto da “revelação” dos crimes de Stálin, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, e à invasão da Hungria pelas tropas do Pacto de Varsóvia, eventos que acabaram levando a que muitos militantes dos PCs do ocidente abandonassem suas fileiras. Entre a intelectualidade, a *crise de 1956* seria mais sentida, mas diferentemente dos dissidentes ingleses – que permaneceram na esquerda política, como os historiadores E. P. Thompson e Christopher Hill –, no contexto francês a maioria migrou para o liberalismo anticomunista, como Furet.

<sup>2</sup> Um apanhado da influência desses autores (particularmente de Barnave) na obra de Marx pode ser encontrado na Introdução de *História e verdade* de Adam Schaff (1978).

que podemos definir como socialista —além de Lefebvre e Soboul, Jean Jaurès (1859-1914) e Albert Mathiez (1874-1932)— compartilhou com a historiografia liberal oitocentista a caracterização daquela como uma revolução burguesa (Idem: capítulo 1)<sup>3</sup>.

Entretanto não há dúvida que a crítica de Furet, embora quisesse aparecer como “desinteressada” e “não-ideológica”, dirigiu-se ao que chamou de “catecismo revolucionário”, “vulgata lenino-populista” ou “jacobino-marxista”, portanto, ideologicamente contra a esquerda. Isto posto, tal como os que queria fazer desacreditar, François Furet também pensou 1789 a partir de 1917, só que do ponto de vista dos que queriam exorcizar, não só o comunismo/socialismo, mas a reflexão histórica de uma das revoluções mais paradigmáticas do mundo contemporâneo. Nesse sentido tem razão Domenico Losurdo (2002, pp.3-35) ao apontar que este revisionismo objetiva a *liquidação da tradição revolucionária*, desde 1789 até 1917.

O mesmo Losurdo chama atenção para um “efeito colateral” resultante desta *liquidação da tradição revolucionária*, que acaba produzindo “desabamentos em série”, onde outras explicações da História Contemporânea são desestruturadas. De sorte que se acaba na seguinte situação: sem 1789 como uma *revolução burguesa* torna-se incompreensível o *Risorgimento* italiano ou mesmo a interpretação da Guerra Civil americana como uma revolução do Norte efetivamente capitalista contra o Sul escravagista. Ao passo que, sem 1917, passa a ser ininteligível a luta de libertação anticolonial, a resistência antifascista, ou ainda a dos defensores da II República na Espanha, onde é notório o papel protagonista cumprido pelos militantes identificados com a tradição desdobrada da revolução bolchevique (Idem, p.6-7 e passim; cf. também Hobsbawm, op. cit., p. 110)<sup>4</sup>.

Furet e seus seguidores conseguiriam penetrar também no ambiente acadêmico anglo-saxão —o próprio se tornaria pesquisador da Universidade de Chicago ainda nos anos 1980. Na verdade isso foi facilitado pelo fato do próprio caminho para o revisionismo já ter sido aberto anteriormente pelo historiador britânico Alfred Cobban (1901-1968), que na verdade deve ser tomado como o pioneiro nessa reinterpretação, pois já em 1964, em seu livro *The social interpretation of the French revolution*, criticou a ideia de “revolução burguesa” a partir da “constatação” de que o evento teria “atrapalhado” o desenvolvimento econômico da França, num raciocínio calcado na esquemática teoria da modernização.

<sup>3</sup> E mais que isso, como assinala o mesmo autor, compartilharam também a generalização desta compreensão para outros processos históricos chave na modernidade: “Pode-se dizer, de fato, que eles leram não apenas a Revolução Francesa como revolução burguesa, mas também a Revolução Inglesa do século XVII. (Esse é outro aspecto da herança da restauração liberal que ressoaria nos marxistas posteriores).” (Hobsbawm, op. cit., p.33).

<sup>4</sup> Notadamente os comunistas ligados a Moscou, mas também os comunistas dissidentes, como trotsquistas e poumistas, consideravam-se herdeiros da tradição bolchevique.

Sem dúvida alguma, esse revisionismo também tem sua dívida com o livro *On Revolution* (1960), de Hannah Arendt (1906-1975), onde a mesma se recente do debate sobre o conceito de Revolução sempre privilegiar os modelos francês e russo, em detrimento do americano, cuja revolução (1776), segundo a autora, teria sido “a única que não devorou seus filhos”<sup>5</sup>.

Em 1989 no mundo de fala inglesa o revisionismo figurou em narrativas como no livro *Cidadãos* de Simon Schama, um *bestseller* que, segundo Alex Callinicos, pintava o evento francês como “uma explosão demoníaca de violência irracional”, e cuja mensagem comercial não poderia ser outra senão a de que: “as revoluções são uma Má Coisa, sangrenta, destrutiva, irracional” (Callinicos, 1992, p. 17), constituindo um capítulo daquilo que o historiador português Manuel Loff descreveu como “anatemização da Revolução” (Loff, 2011, p. 13).

Nada talvez tenha sido mais significativo da trajetória hegemônica do revisionismo sobre 1789 do que o fato de sua apoteose ter se dado justamente em torno às comemorações oficiais e à repercussão na mídia do “bicentenário indigno” (Bensaïd, 1989), quando a cena pública foi dominada por “aqueles que, em uma palavra, não gostam da Revolução Francesa nem de sua herança”, como ironizou a propósito Eric Hobsbawm (Op. cit., p. 9). Escrevendo algum tempo depois, Josep Fontana chamou atenção para sua coincidência com a queda do Muro de Berlim e com a publicação de artigo de Fukuyama sobre o “fim da História”, texto que se notabilizou tanto pela mediocridade, como também pelo caráter apologético do que se acreditou ser triunfo global (e definitivo) do capitalismo (Fontana, 2004, p. 413).

Tendo esses elementos em vista, torna-se evidente o vínculo entre a historiografia revisionista de Furet e sua “economia política”, que é o pensamento neoliberal do fim do século XX. No âmbito das ciências humanas, essa abordagem relacionou-se de forma mais ampla por uma (normativa) concepção do *fazer política* na modernidade que busca, entre outras coisas, substituir o tema da *revolução* pelo tema da *democracia*, separando um do outro e transformando o primeiro numa *maldição* e o segundo —na chave da teleologia liberal— no *futuro desejável* e único possível.

Após o colapso da URSS, ganhou enorme espaço a ideologia da superioridade incontestável da economia de mercado sobre qualquer forma de regulação social —desde o Estado de Bem-Estar até o planejamento de tipo soviético—, que se combinou à decretação não menos ideológica da impossibilidade de uma mudança radical na sociedade. “*There is no alternative!*”, o slogan de Margaret Thatcher (1925-2013) nos anos 1980, tornar-se-ia a voz corrente na

<sup>5</sup> É claro que Arendt só pode conceber essa hipótese porque exclui a Guerra Civil de 1861-1865 como um momento da Revolução Americana.

década seguinte, e mudanças radicais na História seriam desacreditadas ou tomadas como “perigosas”, ainda que a convulsão social provocada pelo colapso dos regimes soviéticos fosse apresentada pela grande mídia como “*revoluções*”, só que —com um sinal invertido— “*em direção ao capitalismo e a democracia*”<sup>6</sup>.

Aliada à enorme influência das teorias pós-modernas nos meios letrados e seu niilismo conformista/catastrofista que caracterizou o ambiente intelectual daqueles anos —onde, como pontuou Fredric Jameson, no início da década de 1990, para amplos círculos parecia mais fácil “imaginar a completa deterioração da terra e da natureza do que a quebra do capitalismo” (2006: 91)— a liquidação da tradição revolucionária ganhou forte significação. O revisionismo histórico sobre uma revolução que foi tomada por longo tempo como paradigma da mudança social (1789) insere-se, deste modo, nesse contexto de criação dessa “grande narrativa” do neoliberalismo sobre o “fim da história”. A propósito, os próprios vínculos públicos entre Furet e o programa neoliberal não são difíceis de estabelecer. Em um de seus artigos publicados na revista *Débat*, na edição de novembro/dezembro de 1989, quando mirava na crise terminal vivida pela URSS, o historiador ironizou as reformas introduzidas por Gorbachev como prova de que até no regime oriundo de 1917 (agora) se reconhecia o “caráter insubstituível de uma economia de mercado” (Furet, 2001, p. 119).

### **O revisionismo do Nazi-fascismo: a normalização da barbárie**

Nesse mesmo contexto da emergência do revisionismo da Revolução, desenvolveu-se outro debate cujos quadros foram similares, embora tivesse como foco não controvérsias sobre revoluções, mas sim sobre uma das contrarrevoluções mais brutais no século XX: o nazismo alemão. Conhecido como *Historikerstreit* (“A querela dos historiadores”), o debate foi provocado pela reação ao artigo “O passado que não quer passar” do historiador Ernst Nolte no jornal conservador *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ), em junho de 1986, onde apresentou sua tese de que o Nazismo e mesmo o Holocausto foram “cópias do bolchevismo” (Nolte, 1989). Publicizando alguma de suas teses, Nolte afirmava que o “nexo causal” entre as duas experiências seria uma suposta similitude entre o “extermínio de classe” dos bolcheviques, face ao “extermínio de raça” dos nazistas, numa formulação que inegavelmente tem pontos de contato com a *teoria do totalitarismo* de Hannah Arendt, mas é preciso lembrar que o autor possuía uma conceituação própria sobre o assunto.

<sup>6</sup> O debate sobre o fim da URSS é tão antigo quanto o próprio acontecimento, e as descrições das enormes convulsões sociais no Leste Europeu no fim dos anos 1980 como “Revolução” não foram apenas produzidas por autores inseridos à direita do espectro político, mas também por representantes da esquerda marxista, como Callinicos (1992) e Arcary (2004).

Excêntrico de direita, discípulo do filósofo Martin Heidegger (1889-1976), Nolte já possuía uma influente obra sobre o fascismo quando publicou seu artigo na FAZ nos anos oitenta, de que são exemplo o seu clássico *Der Faschismus in seiner Epoche*, de 1963, e *Theorien über den Faschismus*, de 1972. No livro de 1963 apresentou um conceito do fascismo como um *fenômeno metapolítico* (ou “transpolítico”), que compreendia uma resistência à modernidade, combinada à resistência ao que chama de “transcendência prática”, o comunismo/marxismo. Após 1968, sua obra teve uma inflexão importante, tendo assumido posição central o argumento da precedência do “Terror Vermelho” à Auschwitz<sup>7</sup>. Fazendo eco a esta formulação, em seu artigo de 1986 escreveu: “Não foi o arquipélago Gulag anterior a Auschwitz? Não foi a ‘morte à classe’ dos bolcheviques o antecedente (*Prius*) lógico e fático da ‘morte à raça’ dos nacional-socialistas?” (NOLTE, op. cit.: 14). Além do mais, argumentou que massacres de massa foram comuns no século XX, de que são exemplos os feitos pelos EUA no Vietnã, por Pol Pot no Camboja e o próprio *Gulag* soviético. Deste modo, em vez de ficarem com a eterna culpa face ao Holocausto, os alemães (ocidentais) deveriam ficar em “paz consigo mesmos” e deixar o “passado passar”.

No dia 8 de maio do ano anterior à publicação do afamado artigo de Nolte, quando das comemorações oficiais dos 40 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, o presidente norte-americano Ronald Reagan, visitou as ruínas de um antigo campo de concentração em Bergen-Belsen e um cemitério de guerra de Bitburg onde estavam enterrados “heróis” nazistas alemães. O episódio ficaria conhecido como “Bitburg fiasco”, resultante de uma aparentemente desastrosa intenção dos dois governos ocidentais de *esquecer* as antigas hostilidades que levaram à guerra de 1939-1945, com o compromisso coetâneo comum de combate ao Comunismo (Eley, 1988, pp. 175-6). Isso se combinaria à iniciativa do governo alemão (presidido desde 1982 pelo neoliberal Helmut Kohl) no sentido de construção do Museu Histórico Alemão em Berlim, e um Centro de Memória em Bonn, monumentos que, indistintamente, rememorassem os criminosos nazistas e suas vítimas (Madsen, 2000).

No verão de 1986, quando apareceu “O passado que não quer passar”, a Alemanha Federal estava em clima pré-eleitoral,<sup>8</sup> e para círculos oposicionistas o teor do texto de Nolte parecia uma grande provocação. Foi nesse contexto que o filósofo Jürgen Habermas publicaria uma crítica no semanário *Die Zeit*, denunciando as “tendências apologéticas” do artigo de Nolte, tanto quanto da historiografia

<sup>7</sup> De acordo com o historiador Pier Paolo Poggio, o renascimento do marxismo nas universidades da Alemanha Federal nos anos 1960 havia surpreendido Nolte, que, por esta época, teve constantes choques com juventude estudantil de esquerda, que por volta de 1968 estava a perguntar aos seus pais e professores “como passavam o tempo nos anos 1930” (Poggio, 2006, pp. 213-4 e 227).

<sup>8</sup> As eleições se realizaram janeiro de 1987, com a vitória dos conservadores e a continuidade do gabinete de Kohl.

produzida por outros autores, como Michael Stürmer (1938 - ) e Andreas Hillgruber (1925-1989), cujo propósito comum era o de *normalizar* o Nazismo e o próprio Holocausto na identidade histórica alemã (Habermas, 1989). Para o filósofo de Frankfurt, ao tornar o Comunismo o “mal absoluto” do século XX, Nolte e demais revisionistas alemães acabavam por tornar o Nazismo um “mal menor”.

Ao lado de Habermas na “querela” apareceram intervenções dos respeitados historiadores da “Escola de Bielefeld”, Hans-Ulrich Wehler e Jürgen Kocka, além de Hans Mommsen, Martin Broszat, Heinrich August Winkler, Wolfgang Mommsen, e até do presidente da associação de historiadores alemães, Christian Meyer. Como partidários de Nolte, o jornalista, biógrafo de Hitler e editor do FAZ, Joachim Fest (1926-2006), Stürmer, Hillgruber, além de Klaus Hildebrand e Hagen Schulze. O termo *revisionismo*, utilizado por Habermas, seria logo assumido por Nolte em intervenções posteriores, ainda que para um e outro possuíssem acepções distintas. Sintetizando a controvérsia, Wehler apontou o propósito dos revisionistas de aliviar a consciência alemã de sua responsabilidade histórica, transferindo-a para as teorias de Marx, os comunistas e mesmo aos social-democratas (Eley, op. cit., p. 177 e passim; Madsen, op. cit.).

Nos anos 1990, o próprio François Furet não se furtaria em dar sua chancela acadêmica ao seu colega alemão, protagonizando outra suposta “querela”, numa “troca de correspondência” pública sobre a comparação entre “Comunismo” e “Fascismo”. Em suma, enquanto Furet defendeu a tese de que ambos eram “gêmeos totalitários”, Nolte reafirmou que o Nazismo foi uma “resposta ao Comunismo”, ao mesmo tempo em que se afastava do seu próprio conceito meta-político de fascismo de 1963 para abraçar a teoria do totalitarismo (Furet & Nolte, 1998; Traverso, op. cit., p. 86). Por outro lado, enquanto Furet apresentava reservas quanto à interpretação do historiador alemão para a *Shoà*, Nolte resolveu conferir crédito aos negacionistas do Holocausto, que se autodenominaram “revisionistas”, buscando cidadania no debate acadêmico. Nesse sentido, Domenico Losurdo parece mais uma vez ter razão quando vinculou esses dois debates historiográficos dos anos 1980 —sobre a Revolução Francesa e o *Historikerstreit*— a um mesmo fenômeno de *revisionismo histórico*, cuja raiz comum é a condenação geral dos ciclos revolucionários de 1789 e 1917 (Losurdo, op. cit., pp. 6-7).

Diretamente ligado a este último aspecto, na Itália o revisionismo sobre o fascismo já tinha feito sua aparição através da obra de Renzo De Felice (1929-1996), que, antes de mais nada, buscou circunscrever o fenômeno ao contexto italiano. Numa interpretação que Pier Paolo Poggio caracterizou de modo percutiente como empirista-positivista, só a experiência italiana poderia ser caracterizada como Fascismo (Poggio, 2007, pp. 205 e 217). Em sua monumental biografia sobre *Il Duce*, que começou a publicar no fim dos anos 1960, De Felice interpretou a guerra civil italiana de 1943-1945 como resultado da ação de uma



“minoria de resistentes”, caracterizados como “antinacionais”. Nos anos setenta, uma entrevista sua provocaria fortes reações em círculos políticos identificados com o antifascismo (comunistas principalmente), e a alcunha de *revisionista* foi-lhe empregada como forma de censura, mas (ao contrário de Nolte) De Felice nunca aceitou o epíteto<sup>9</sup>.

Contudo, o grande impacto produzido pelo revisionismo defeliceano ocorreu na década de 1990, num contexto político marcado pelo declínio das organizações partidárias identificadas com a Resistência e que constituíram a República no pós-II Guerra —principalmente o Partido Comunista, o Partido Socialista e a Democracia Cristã. Em 1995, quando subiu ao poder Silvio Berlusconi, cuja composição levou ao governo pela primeira vez desde 1945 um partido claramente fascista (a *Alleanza Nazionale*), o historiador publicaria seu livro *Rosso e Nero*, culminância de uma obra de reabilitação de Mussolini, que figura como um “patriota” que, fundando a República de Salò<sup>10</sup>, havia impedido que a Itália tivesse o mesmo destino que a Polônia (Felice, 1995). No final das contas, é a própria Resistência que acaba por figurar no banco dos réus, com a participação do Partido Comunista transformada em elemento acusatório para levantar dúvidas sobre o “caráter democrático” da mesma (Groppo, 2003/2004, p.54).

Esse breve olhar sobre a *Historikerstreit* e o revisionismo italiano também serve para afirmar uma distinção importante entre o significado daquilo que estamos conceituando como *operação revisionista* do que se chama *negacionismo*, de autores de extrema-direita como Robert Faurisson e Paul Rassinier. Pois o *negacionismo* destes últimos retorce as evidências históricas para negar a existência do Holocausto, posição que não é de nenhum modo compartilhada por *revisionistas* como Ernst Nolte (ainda que esse aceite dialogar com os primeiros). Deste modo, em acordo com uma série de autores, é necessário assinalar essa distinção entre os dois conceitos (Vidal-Naquet, 1994; Traverso, op. cit., pp. 57-60; Pisanty, 1998, pp.6-7; Losurdo, op. cit.; Soutelo, 2009, pp.97-130). Até porque os *negacionistas* do Holocausto buscaram (e buscam) legitimar sua própria “interpretação” com base na ideia de que representariam um *revisionismo* academicamente válido, onde apenas representaria uma interpretação alternativa à abordagem que classificam como “exterminacionista”.

Tal distinção encontra-se no conceito de revisionismo tomado por Hobsbawm, para quem Furet e epígonos estavam fazendo era “ajustando de forma

<sup>9</sup> Entretanto, na historiografia italiana, o legado defeliceano como um *revisionismo* é consensual, inclusive entre seus partidários (Ver Groppo, 2003/2004, p. 53; Poggio, op. cit.).

<sup>10</sup> Fundada na parte norte da Itália, para onde Mussolini fugiu após o rei italiano demiti-lo do cargo de premier em 1943. Estando situada em território sob a ocupação do Exército Alemão, a guerra civil foi estabelecida entre os partidários da República Social Italiana (também conhecida como República de Salò, pois foi fundada nessa cidade próxima à Milão), apoiados pelos nazistas (que ocuparam o território) contra a Resistência e as tropas aliadas, americanas e francesas principalmente.

diferente os fatos conhecidos” (Hobsbawm, op. cit., p. 106), até porque, naquele caso, a contribuição do revisionismo na questão do conhecimento sobre a própria Revolução era pífia, senão nula (Fontana, op. cit., pp. 360-1). Ao mesmo tempo, como pondera a historiadora Luciana Soutelo, o *negacionismo* relaciona-se de modo importante ao *revisionismo* em um sentido mais geral, como uma corrente minoritária no interior deste.

É importante explicitar que em inúmeros casos tampouco a argumentação *revisionista* é baseada em ‘premissas teóricas e historiográficas legítimas’, já que, apesar de não haver negação dos fatos históricos em si, se desconsideram as especificidades e os contextos históricos de modo a favorecer determinados posicionamentos ideológicos do presente, muitas vezes em total negligência da lógica histórica do período estudado – por exemplo, a relação estabelecida por Ernst Nolte entre o nazismo e sua política de extermínio como reação ao bolchevismo ignora o fato, ressaltado por muitos autores, de que os fundamentos originários desta política são bem anteriores à eclosão da Revolução Russa. Nesse sentido, também muitas interpretações *revisionistas* violam princípios metodológicos da historiografia em nome de propósito ideológicos – talvez o façam, no entanto, de forma mais sutil do que os *negacionistas*, através de subterfúgios e confusões interpretativas que acabam por conferir-lhes uma fachada de maior respeitabilidade teórica. Todavia, a distinção entre *revisionismo* e *negacionismo* é pertinente e deve ser salientada. É adequado, portanto, considerar o *negacionismo* como uma variante minoritária do *revisionismo histórico*. (Soutelo, op. cit., p. 100)

O que é certo é que, como esclarece Enzo Traverso (op. cit., pp. 93-4), os negacionistas acabariam por contribuir com o caráter pejorativo da noção de revisionismo, aqui claramente associado à manipulação ideológica do passado. Vejamos agora como operações revisionistas têm se desenvolvido em outros contextos historiográficos.

### **Os revisionismos português e espanhol em tempos de crise**

Nos tempos que correm, algumas dezenas de historiadores protagonizam uma outra batalha pela história contra o revisionismo expresso no *Diccionario Biográfico Español*, feito sob os auspícios da *Real Academia de la Historia*. Os problemas mais graves de tal obra aparecem nos volumes referentes à República, à Guerra Civil e a Franco. A biografia de Franco, a cargo do historiador medievalista Luis Suarez, nada menos que o presidente da *Fundación Francisco Franco*,

resulta no perfil do texto, em que esse personagem aparece como um político “moderado” e “prudente” que encabeçou um “regime autoritário”, não uma “ditadura”, muito menos uma “ditadura fascista”<sup>11</sup>.

Ao mesmo tempo, nas páginas do *Diccionario*, dirigentes do *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) que chefiaram a II República entre 1936-1939, Juan Negrín López (1892-1956) e Francisco Largo Caballero (1869-1946), são apresentados como “ditadores”. Além disso, a própria Guerra Civil iniciada em 1936 é retratada como se tivesse sido provocada pelo “caos reinante a partir da instalação da República (1931)”, de modo a apresentar o levante contrarrevolucionário de Franco como uma espécie de “expressão da revolta do povo contra a República”, uma “cruzada” ou mesmo uma “guerra de libertação contra a invasão vermelha estrangeira”.

Em resposta, *En el combate por la historia. La república, la guerra civil, el franquismo* (Viñas (ed.), 2012), editado por Ángel Viñas e que conta com 45 capítulos temáticos e 12 biografias, escritos por especialistas do porte de Paul Preston, Julia Casanova, Julio Aróstegui, além de Josep Fontana e mais uma dezena de pesquisadores, apresenta-se como uma espécie de “*Contradiccionario*”. Com um título que rememora o clássico livro *Combats pour l’Histoire* (1952) de Lucien Febvre (1878-1956), o propósito de *En el combate por la historia* é o de também apresentar o resultado da investigação histórica dos últimos 30 anos sobre a evolução da sociedade espanhola no período compreendido entre 1931 até 1975, além, é claro, de combater o uso ideológico da História feito pelo revisionismo neofranquista. Na apresentação, Ángel Viñas nos dá uma boa descrição da obra da *Real Academia de la Historia*:

Franco apareció bajo una luz rosada, algo inimaginable en el caso de una institución comparable en cualquier país europeo con los restantes dictadores autóctonos del siglo XX. La experiencia republicana fue demonizada. La guerra civil resurgió en ocasiones como una lucha contra los ‘rojos’. En algunas de las entradas aireadas en la prensa fue imposible desconocer el sesgo antidemocrático y a veces próximo a las querencias de la extrema derecha española. Todo ello presentado, bajo la autoridad de la augusta Institución, como si fuese la última palabra en historia. (Viñas, op. cit., p. 13)

Entretanto, em perspectiva com os revisionismos já mencionados, o teor notoriamente pró-Franquismo do *Diccionario* o aproxima mais do *negacionismo*,

<sup>11</sup> É evidente que não há consenso na historiografia sobre o enquadramento do Franquismo como uma experiência fascista, mas deve-se observar que o propósito desta absolvição de fascista não opera a partir de uma rígida elaboração conceitual.

ou seja, uma variante caricatural do revisionismo, mais próxima daquilo que virtuosamente os autores do *Contradiccionario* denominam de “*historietografía*”. Nesse mesmo sentido, o próprio Viñas diferencia esta de outras controvérsias recentes sobre o passado.

Lo que ocurre en nuestro país, con la carta blanca que en él se da a cualesquiera versiones, distorsiones o plenas estupideces, es algo muy diferente de lo que ocurrió en otros de pasados no menos sombríos: la *Historikerstreit* – la querrela de los historiadores – en Alemania, las oleadas que suscitó la ‘recuperación’ de Mussolini en Italia de la mano de Renzo De Felice o la visión relativamente balsámica que durante años se propagó en Francia sobre el régimen de Vichy hasta que la reventó de un trallazo Robert O. Paxton.

Aquí se venden sucesivas ediciones de un librito infumable que presente a Franco como católico ejemplar y nadie se conmueve. (Idem, p. 24)

Em Portugal o revisionismo histórico sobre o Salazarismo e a própria Revolução Portuguesa de 1974-1975 também não deixou de figurar nos últimos anos. As relativizações do passado salazarista —naturalmente descaracterizado como “fascista”, e qualificado de simplesmente “autoritário”—<sup>12</sup> e a desqualificação da própria Revolução dos Cravos, coincidem com a emergência dos governos da direita a partir de 1979, especialmente ao longo do período conhecido como “cavaquismo” (1985-1995) (Soutelo, op. cit.; Loff, op. cit.). Sintonizada com os ventos revisionistas que vimos descrevendo, certa historiografia, ao lado da mídia, tem buscado, ao mesmo tempo, “reabilitar” Salazar e apresentar o processo revolucionário desencadeado após o golpe de 25 de abril de 1974 como um “delírio coletivo”, à maneira dos *furtianos*.

Por outro lado, em amplos círculos acadêmicos portugueses, as teses revisionistas sobre a Revolução tem tido um peso considerável, e podem ser resumidas nos seguintes pontos: 1) a Revolução foi nada mais que um golpe perpetrado por um pequeno grupo de militares que é aproveitada pelos partidos anti-salazaristas; 2) insinua-se que o próprio Marcelismo (1968-1974) já encaminhava um “processo de mudança”, a partir de modernizações socioeconômicas e uma suposta resolução do problema da Guerra Colonial; 3) que o próprio processo revolucionário em si foi pontuado por “erros” e “excessos”, que, além do mais, teriam na verdade contrariado o que seria uma suposta “tradição portuguesa”, representada em instituições como a Igreja Católica e setores políticos e militares

<sup>12</sup> Da mesma forma que no caso do Franquismo, a caracterização daquele regime (1933-1974) como “fascista” não é consensual na literatura, mas certamente na operação revisionista não se coaduna com qualquer rigor conceitual.

moderados, entre outros aspectos (Loff, op. cit.: 13-14). Outro ponto deste revisionismo (4) é a busca por substituir o conceito de Revolução pelo de “Transição”, para descrever a cena portuguesa de 1974-1976, desvinculando a própria Democracia portuguesa do 25 de Abril (Varela, 2012, pp. 251-283).

Não parece ser muito difícil entender a quais interesses servem essas reabilitações do Franquismo e do Salazarismo, num contexto de crise, onde as taxas de desemprego batem todos os recordes, e onde a mídia corporativa apresenta o Estado-Social como verdadeiro “vilão” e a *Troika* como uma coalizão de “instituições responsáveis” capazes de tirar a Europa da bancarrota. E para operar a retomada das condições da acumulação capitalista, nada melhor que a normalização de um passado ditatorial de modo a tornar mais “suportável” viver sob um estado de exceção permanente.

### **O revisionismo historiográfico brasileiro: uma tentativa de *normalização* da ditadura empresarial-militar**

Em algumas controvérsias recentes da historiografia brasileira, no tocante aos temas do Golpe de 1964 e da Ditadura Militar, a noção de *revisionismo* vem sendo utilizada para caracterizar criticamente certa historiografia (Toledo, 2004; Mattos, 2005; Melo, 2006; Arantes, 2010). Há dez anos, por volta da efeméride dos 40 anos do golpe, apareceu com peso na mídia uma interpretação que relativiza as responsabilidades históricas pelo golpe de Estado e pela ditadura, em leitura que busca fundamentalmente corresponsabilizar a esquerda: outrora parte da Resistência, encontra-se agora “no banco dos réus”. Na verdade, a origem de tais proposições revisionistas está localizada mais atrás, no início dos anos 1990.

Em primeiro lugar, no tocante ao contexto do golpe, parte da historiografia acadêmica buscava endossar o que sempre foi a justificativa das direitas para a derrubada do governo Goulart e o início de mais de vinte anos de ditadura: um suposto golpe do próprio Goulart, arquitetado com apoio dos comunistas e da própria URSS. Como ironizou um crítico arguto, nem mesmo um plano falso, como o mal afamado “Plano Cohen”, foi apresentado até hoje por aqueles que efetivamente deram um golpe em 1964 (Toledo, op. cit., p. 37). Entretanto, os revisionistas resolveram comprar a memória dos golpistas.

A Queda do Muro de Berlim na América Latina atualizou-se a partir de dois eventos significativos: as derrotas eleitorais dos sandinistas na Nicarágua e do Partido dos Trabalhadores no segundo turno das eleições presidenciais no mesmo ano de 1989. A adesão de toda a região ao neoliberalismo —que a essa altura alcançava uma inédita hegemonia global<sup>13</sup>—, combinada à capitulação da

<sup>13</sup> Sobre a hegemonia planetária do neoliberalismo nos anos 1990 (Cf. Anderson, 2003).

esquerda à ordem institucional liberal<sup>14</sup>, condicionou o ambiente da produção intelectual nessa latitude do mundo. Para completar o “exorcismo da Revolução”, tratava-se agora de anatemizar a estratégia que parte da esquerda latino-americana alimentou ao longo do século XX, especialmente quando do combate às ditaduras militares, mas não só<sup>15</sup>. Tal como acontece em todo o mundo, também por aqui a esquerda está no “banco dos réus”, e seu “crime” foi ter pretendido “mudar o mundo”<sup>16</sup>.

Assim, não foi por acaso que nos anos 1990 ganharam força no Brasil visões relativizadoras do golpe e da ditadura. A primeira operação realizada por essa “nova” literatura foi a de deslocar a explicação daquele regime da problemática do capitalismo. Sob o argumento falacioso segundo o qual conectar o processo político à dinâmica econômica seria o mesmo que “economicismo”, uma leitura “politicista” veio propor como explicação para o golpe e a ditadura um suposto “déficit democrático” na *sociedade brasileira*, de acordo com o qual, nos idos dos anos sessenta, tanto a direita quanto a esquerda seriam igualmente “golpistas”. Ao mesmo tempo, seguindo um cacoete comum a toda a operação revisionista iniciada por Furet e Nolte, e presente nos atuais contextos portugueses e no Estado Espanhol, a esquerda é colocada no “banco dos réus”, sendo desqualificada tanto em sua prática no período anterior ao golpe de 1964, quanto durante sua resistência ao regime ditatorial. O próprio estatuto de parte da Resistência é posto em dúvida.

O trabalho que inaugura este *revisionismo histórico* sobre o golpe de 1964 é o livro da cientista política Argelina Cheibub Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964* (1993). Antes de tudo, é necessário fazer uma observação sobre a natureza ideológica do problema que orienta o trabalho da autora. Afinal, tal oposição entre “democracia” e “reformas” é sintomática da adesão a um conceito específico de “democracia” que se liga ao pensamento neoliberal, cuja agenda esteve ligada ao desmonte dos direitos sociais (e parte dos políticos) e à redução do regime democrático aos marcos da concepção schumpeteriana<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> Um profundo estudo do caso do Partido dos Trabalhadores no Brasil está em Coelho (2012)

<sup>15</sup> Um livro que é quase um emblema desse clima intelectual é Castañeda (1994).

<sup>16</sup> Com o flagrante propósito de apenas desqualificar personagens importantes da história da esquerda brasileira, temos dois monumentos erguidos nos anos 1990: o livro de Luis Mir (*A revolução impossível*, 1994), e o filme de Bruno Barreto *O que é isso companheiro?* (Brasil, 1997), baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira (escrito em 1979).

<sup>17</sup> Na visão do economista austríaco, a democracia deveria ser simplesmente um procedimento para a escolha de elites políticas, isto é, desprovida de “bem-estar social”. Nos anos 1970, cientistas políticos como Samuel Huntington iriam reabilitar a “teoria democrática schumpeteriana”, o mesmo também acontecendo nas lavras de intelectuais aparentemente distantes da direita política, como o cientista político polonês Adam Przeworski, não por acaso, orientador da tese de Argelina Figueiredo. Sobre a importância das proposições schumpeterianas na institucionalização das *democracias realmente existentes* na América Latina após as ditaduras (Cf. Machado, 2008).

Em uma historiografia que começaria a ser produzida no início dos anos 2000 e que ganharia grande repercussão no contexto dos quarenta anos do golpe de Estado (2004), as teses revisionistas de Argelina Figueiredo encontrariam guarida, como pode ser aferido nos trabalhos do professor Jorge Ferreira, que explicitamente a toma como referência. Em inúmeros artigos em revistas acadêmicas e de divulgação científica, em capítulos de livros e em sua recente biografia de João Goulart, a explicação do golpe de Estado de Jorge Ferreira está centrada nesse suposto “déficit democrático”, através de uma narrativa na qual, tal como em Argelina Figueiredo, a luta de classes e a própria conspiração golpista estão ausentes. Ao contrário, Ferreira desqualifica trabalhos densos como os de René Armand Dreifuss (1981) e de Moniz Bandeira (1977 [2010])<sup>18</sup> justamente pela ênfase que esses dois pesquisadores deram tanto à luta de classes quanto à conspiração.<sup>19</sup>

A explicação de Jorge Ferreira para o golpe de 1964 está totalmente em sintonia com a abordagem de Argelina Figueiredo, citada inúmeras vezes em seus trabalhos, e onde o golpe de Estado passa a ser explicado como a resultante do processo de radicalização das esquerdas, que teriam adotado a “estratégia do confronto”. Enquanto isso, as direitas e todas as forças políticas e sociais que confluíram na frente golpista em 1964 são apresentadas sempre como *reagindo* à radicalização das esquerdas, sendo recorrente a aparição de termos como “direitas assustadas”. Por exemplo, quando comenta a formação da Rede da Democracia, um *pool* de empresários da imprensa que reuniu Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon, unificando as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi, que de acordo com toda a pesquisa desenvolvida sobre o assunto (Cf. Silva, 2008), articulou-se com o dispositivo golpista do IPES, é apresentada por Ferreira como uma reação de empresários “assustados” com os discursos radicais de Brizola na Rádio Mayrink Veiga (Ferreira, 2011, p. 372).

Ora, de acordo com esse tipo de narrativa, o golpe de Estado é explicado como se as direitas tivessem sido quase que *vítimas* da radicalização das esquerdas, e, “assustadas”, teriam partido para o golpe. Pois bem, diante da radicalização política (realmente existente, mas não resultante de uma ação reativa da direita), onde ficavam as pessoas comuns na narrativa de Ferreira?

<sup>18</sup> A primeira edição de seu livro *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil* é de 1977, pela Civilização Brasileira, a 7ª pelas editoras UNB e Revan e a 8ª pela editora da UNESP. Nas últimas duas edições o autor apensou maior corpo documental.

<sup>19</sup> É preciso dar o devido reconhecimento ao trabalho empreendido por René Dreifuss, desenvolvido a partir de uma copiosa documentação referente a duas entidades-chave do processo de conspiração que resultou na deposição de João Goulart e do regime democrático vigente, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). De acordo com o autor, tais entidades da sociedade civil conformaram um verdadeiro partido (no sentido gramsciano) que, agindo como representantes dos interesses mais internacionalizados do capital no Brasil, elaboraram um projeto de poder que se tornou vitorioso em 1964. Portanto, não se tratou de uma mera conspiração, mas da tomada do aparelho de Estado (Cf. Melo, op. cit., pp.117-120).

A forma como o episódio do Comício da Central é tratado pelo autor é talvez a maior síntese de todos os vícios encontrados na literatura revisionista, seja seu teor ideológico, e mais ainda sua fragilidade como proposição historiográfica. De passagem, deve ser observado o flagrante propósito de desconstrução de um dos marcos simbólicos da ação da esquerda naquele contexto de crise, episódio que também encontra lugar destacado nas próprias narrativas autojustificadoras do golpe<sup>20</sup>. Ferreira cita o que seria uma pesquisa de opinião, supostamente produzida com base em um questionário feito entre as pessoas presentes no *meeting*, e relatada pelo jornalista Araujo Netto no livro *Os idos de março e a queda em abril* (Netto, 1964). Cito as palavras de Jorge Ferreira:

Mas o que pensavam aqueles milhares de trabalhadores que foram ao comício? Como conhecer suas expectativas políticas e avaliar o grau de autonomia em relação aos líderes trabalhistas? Para sorte do historiador, o governador Carlos Lacerda teve a mesma curiosidade. Utilizando as modernas técnicas de pesquisa de opinião, infiltrou na multidão uma grande e experiente equipe de pesquisadores profissionais, utilizando a metodologia do flagrante. O resultado estarreceu os próprios patrocinadores da equipe. Ali não estava, como se supunha, uma maioria de janguistas e comunistas atuando em claqué. Esses, na verdade, compunham apenas 5% do público. O restante, 95%, demonstrava um pensamento legalista, reformista e portador de um alto grau de politização: queria eleições presidenciais em 1965, bem como as reformas de base, mas não admitia o fechamento do Congresso e nem a reeleição de Goulart. (Ferreira, op. cit., p. 421).

Em primeiro lugar, cabem alguns comentários metodológicos, pois, de forma absolutamente acrítica, o autor trata os dados colhidos por agentes do governador Carlos Lacerda, como uma “verdade histórica”, desconsiderando os condicionamentos políticos e ideológicos da fonte. Em segundo lugar, não menciona que a informação foi retirada de um livro que não só foi escrito por jornalistas hostis a Goulart, como foi a primeira narrativa “comemorativa” do golpe de 1964, publicado um mês depois do evento por oito jornalistas do *Jornal do Brasil*, veículo ligado ao IPES através da Rede da Democracia. Em terceiro: como é possível não questionar o resultado de uma suposta pesquisa elaborada por ordem de um eminente conspirador, ninguém menos que Carlos Lacerda, um notório inimigo

<sup>20</sup> Por exemplo, como figura no antológico artigo golpista “A Nação que se salvou a si mesma” (Hall & White, 1964): “O comício de 13 de março bem pode ser considerado como o detonador da revolução preventiva. A classe média brasileira percebeu então que a sorte estava lançada: Goulart tinha ido além do ponto em que poderia arrepender-se.” (Idem, p.103).



político de Goulart? O próprio jornalista Araujo Netto, na fonte consultada por Ferreira, é mais prudente em comentar tal pesquisa. Vale citar, a título de comparação, todo o trecho:

Mas o que pensaria o povo que estava na praça, a propósito das possíveis intenções continuístas do Presidente João Goulart?

O Governador Carlos Lacerda teve, antes de nós, essa curiosidade. Tanto que se preocupou em promover uma pesquisa de opinião pública, usando a técnica do flagrante, atingindo a própria massa concentrada pelo seu maior antagonista na área do Comício das Reformas. Uma grande e experiente equipe de pesquisadores profissionais, especialmente contratados, comandados pelo Sr. Rafael de Almeida Magalhães, Secretário do Governo Lacerda, infiltrou na massa – e dela recolheu um resultado, que estarreceu os próprios patrocinadores da investigação. Resultado que, analisado hoje, deve ser ainda mais importante e estarrecedor, porque pode ser tomado como elemento para aferição do alto grau de politização daquele povo e deve restabelecer uma verdade que muitos – leviana e intencionalmente – tentaram deturpar.

Se não exageram alguns dos mais categorizados informantes do Sr. Lacerda, noventa e cinco por cento daquela massa representavam um sentimento e um pensamento legalista e reformista. Noventa e cinco por cento daquela massa queriam eleições em 1965, queriam o Congresso aberto, não admitiam a reeleição de Jango e defendiam as reformas de base. A discrepância de cinco por cento, naquela multidão, jamais poderia justificar a injustiça cometida, depois do comício e ainda agora, com tanta insistência. A injustiça contra aquele povo, contra aquela multidão – ao considerá-la integrada só por *janquistas e comunistas*.

Se a verdade expressa por esses números merecer respeito e acatamento, ninguém poderá se afastar da conclusão: os verdadeiros janquistas, os autênticos comunistas que estiveram no comício do dia 13 desempenharam o papel das claques, que nunca faltam aos grandes espetáculos. (Netto, op. cit., pp. 37-8)

É sintomático que o jornalista seja mais prudente em comentar a tal “pesquisa”, pois informa que foi o Secretário do governo Lacerda que coordenou os “pesquisadores”, personagens que em certa passagem são chamados de “informantes do Sr. Lacerda”. A prudência também aparece quando diz: “Se não exageram alguns dos mais categorizados informantes do Sr. Lacerda”, ou no trecho “Se a verdade expressa por esses números merecer respeito e acatamento”, ponderações que

simplesmente não comparecem no texto de Jorge Ferreira, que resolve acatar o resultado da “pesquisa” dos “informantes de Lacerda”.

Apresentada por Ferreira como uma pesquisa que “para sorte do historiador” o governador da Guanabara teria encomendado, a informação não aparece em nenhuma outra fonte conhecida, colocando dúvidas quanto a sua autenticidade. Terá mesmo existido ou simplesmente faz parte daquelas muitas representações construídas para desqualificar a imagem de Goulart? Ora, não é possível esquecer também que em nenhum momento de seu discurso na Central (cf. Carone, 1980, pp. 232-243) Goulart insinuou pretensões continuístas, embora esta acusação tenha sido feita justamente pelo jornal lacerdista no dia posterior ao comício<sup>21</sup>, tendo sido utilizada como argumento por aqueles que o depuseram. Não seria também ingenuidade abstrair o fato de que as perguntas que orientaram tal “pesquisa” estivessem de acordo com as acusações feitas pela direita golpista, perguntas feitas justamente para azeitar a mobilização contrarrevolucionária da burguesia?

O ponto mais característico deste revisionismo historiográfico —a acusação do golpismo da esquerda— é reafirmado em diversos pontos de seu livro, mesmo quando, aparentemente, Ferreira isenta Jango de intenções continuístas:

Não se pode afirmar que um golpe de Estado liderado por Jango e pelas esquerdas estaria em curso. Ninguém, com segurança, pode fazer tal declaração. *Mas é inegável que a Frente de Mobilização Popular manifestava desprezo pelas instituições liberais democráticas.* Nos discursos das lideranças de esquerda e do próprio governo, principalmente com a Mensagem presidencial, *o regime político era descrito com imagens bastante negativas:* a Constituição de 1946 estava ultrapassada, o Congresso Nacional era um antro de latifundiários, e novas formas de governabilidade deveriam ser implementadas – a exemplo de plebiscitos, delegação de poderes e uma Constituinte formada de operários, camponeses, sargentos e oficiais militares nacionalistas. As mudanças nas regras eleitorais, beneficiando a candidatura de Brizola à presidência da República e permitindo a reeleição de Jango, somente contribuía para criar mais suspeições. A Frente de Mobilização Popular e o PCB não escondiam que seu projeto era governar o país com exclusividade, impondo seu programa de governo e não considerando outras tendências políticas do quadro nacional – vista como conservadoras, decadentes, reacionárias, entreguistas etc. (Ferreira, op. cit., pp. 433-4)

<sup>21</sup> Com a manchete “Jango começa reeleição”, o jornal *Tribuna da Imprensa* assim sintetizou o significado do Comício: “O discurso do sr. João Goulart, no comício da Central do Brasil, deixou claro para os que o ouviram os seus propósitos espúrios de continuísmo. Brizola voltou a ser cúmplice.” *Tribuna da Imprensa*, 14 de março de 1964, p.1.

Ou seja, aquilo que provavelmente era a percepção mais realista da esquerda sobre a sorte daquele regime —que era a sua crise e a necessidade de modificá-lo, como seria a avaliação do Brizola— é tomado como opinião “golpista” por Ferreira. Afinal, como é possível negar que, ao contrário do que sugere o teor deste trecho, de fato, “a Constituição de 1946 estava ultrapassada, o Congresso Nacional era um antro de latifundiários, e novas formas de governabilidade deveriam ser implementadas”? Afinal, não foi esse mesmo Congresso que, na madrugada do dia 1º de abril consolidou o golpe de Estado, através da fala do presidente do Senado, Auro Moura Andrade, declarando “vaga a Presidência da República”, e empossando o presidente do Congresso, Ranieri Mazzili?

Enquanto isso, no âmbito dos estudos dedicados à ditadura propriamente, o argumento do “déficit democrático” tem ganhado ares de uma condenação generalizada às oposições armadas, em leitura proposta por um historiador de passado ligado a tais correntes. Sob o argumento de que ainda sob o regime de terror os “compromissos” da esquerda com a democracia não existiam (já que estas queriam “implantar outra ditadura”), Daniel Aarão Reis ganhou expressivos setores acadêmicos para a reprodução do que, afinal, sempre foi um dos argumentos principais dos golpistas e ditadores de plantão. De certo modo, aqui se revela um aspecto comum que liga todos os revisionismos arrolados acima: a desqualificação da esquerda como parte de uma Resistência a uma situação tirânica. Desde os republicanos espanhóis, os partisans franceses e italianos durante a II Guerra Mundial até a luta armada brasileira contra a ditadura empresarial-militar são questionados quanto às suas “convicções democráticas”.

Em outro momento da sua produção intelectual, por volta dos vinte anos do golpe (1984), quando em entrevista publicada, Aarão Reis assim definiu o significado de 1964 e da ditadura:

Março de 1964 representou um marco na história de nosso país. As classes dominantes e uma importante parcela das classes médias deram então cobertura para um golpe militar que teve como principal objetivo deter o movimento social dos trabalhadores urbanos e rurais e destruir suas formas de organização. Os partidos políticos tradicionais foram descartados. O novo poder prepararia as condições para um novo salto para a frente do capitalismo brasileiro. Os trabalhadores, do campo e da cidade, foram os grandes perdedores.<sup>22</sup>

Em sua afamada tese de doutorado sobre a história da luta armada contra a ditadura, *A revolução faltou ao encontro*, nosso autor assinalou que o golpe

<sup>22</sup> O depoimento está publicado em Silva (1985). Agradeço a Eduardo Stotz pela referência.

“reforçou a hegemonia do capital internacional no bloco do poder” (Reis, 1990, p. 22). Ainda nos anos 1990, o autor participou de uma importante batalha pela memória contra o filme *O que é isso companheiro?*, de Bruno Barreto (Brasil, 1997), baseado no romance homônimo de Fernando Gabeira. No filme a esquerda é desqualificada, enquanto torturadores são humanizados (Reis, 1997).

Entretanto, em livro publicado em 2000, denominado *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, defendeu a tese de que em 1964 os sinais se inverteram e foi a direita que apareceu ao lado da “defesa da Constituição” (uma tese, a propósito, dos próprios golpistas) —pois, em suas palavras, a esquerda “radicalizou” e passou a defender as “reformas na lei e na marra”. Na mesma obra, o historiador propôs um novo marco para o fim da ditadura: o ano de 1979, em razão da revogação do AI-5 e da promulgação da Lei de Anistia, que permitiu a volta dos opositores exilados. Recentemente, o autor tem insistido na natureza “civil-militar” da ditadura, mas parece bem distante do sentido dado a este termo no citado trabalho de Dreifuss<sup>23</sup>.

Participando do deslocamento do capitalismo do centro da reflexão sobre o sentido da ditadura, a historiografia revisionista coloca em seu lugar um programa de pesquisas dedicado a investigar o “apoio” da “sociedade” ao “autoritarismo”, incorporando perspectiva muito próxima ao revisionismo de Daniel Goldhagen em seu livro *Os carrascos voluntários de Hitler* (1997). Embora rechaçada pela maior parte dos especialistas, justamente por culpar “todos os alemães” pela *Shoà*, um ponto de vista semelhante ao de Goldhagen parece estar presente nesses trabalhos interessados em apresentar o que seria a “opinião dos brasileiros sobre a ditadura” —algo evidentemente metafísico e mistificador.

Depois de explicar o golpe através da afirmação de que a esquerda também era “golpista” e “autoritária”, o que se passa a dizer agora é que também a “sociedade brasileira” foi cúmplice daquela ditadura. Nessa visão, a “sociedade” é tratada de forma fetichista, quase como se fosse uma pessoa, algo, aliás, presente no paradigma liberal —que a define como uma “soma de indivíduos”— e que engendra argumentos como os de que “não é possível vitimizar a sociedade”, ou de que, *sendo pessoa*, deveria “se colocar na frente do espelho”<sup>24</sup>. Em recente intervenção nesse debate (Reis, 2010), Daniel Aarão Reis elencou três argumentos com os quais queria provar o tal “apoio da sociedade brasileira” à ditadura:

<sup>23</sup> Já que em Dreifuss o elemento “civil” aparece com um evidente recorte de classe. “Um exame mais cuidadoso desses *civis* indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários.” (Dreifuss, op. cit., p. 417, Grifo nosso).

<sup>24</sup> Em obra coletiva animada por este programa revisionista, em sua “Apresentação” as organizadoras – após reproduzirem a mesma imagem fetichista sobre a sociedade – assim se referem ao propósito de “entender como os ditadores foram amados – quando se trata de ditaduras pessoais – não porque temidos, mas, provavelmente, porque *expressam valores e interesses da sociedade que, em dado momento, eram outros que não os democráticos*” (Rollemberg & Quadrat, 2010, p. 17, grifo nosso).

- 1) as Marchas com Deus, pela Pátria e Família, organizadas antes (em São Paulo) e depois do golpe de Estado (no Rio de Janeiro, capitais e muitas cidades do país);
- 2) as votações expressivas no partido de apoio à ditadura —Aliança Renovadora Nacional (Arena);
- 3) e a suposta popularidade do presidente general Emílio Médici (1969-1974).

Vejam os elementos desses elementos. Em primeiro lugar, sim as marchas em apoio ao golpe e à ditadura já instalada foram massivas, afinal, ao contrário do que afirma parte dessa historiografia revisionista, o povo “não assistiu bestializado” ao golpe de Estado,<sup>25</sup> pois uma parte dele certamente o apoiou com algum grau de ativismo. Essa é, aliás, a natureza da crise dos anos 1960: as contradições sociais assumiam uma forma agora, polarizando a sociedade à esquerda e à direita. Os derrotados obviamente não poderiam se manifestar depois do golpe.

Em segundo lugar, o argumento da “expressiva votação da Arena” não leva em conta que parte não desprezível da oposição ao regime pregou o voto nulo como forma de denunciar a *farsa* de ter de escolher entre o partido de apoio à Ditadura (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição consentida. O próprio autor, em seu supracitado livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade* já havia enfatizado a enorme proporção de votos nulos e brancos nas eleições de 1966 e 1970,<sup>26</sup> mas hoje prefere abandonar esse elemento que afinal esclarece como parte significativa da sociedade brasileira não colaborou nem apoiou aquela barbárie. Aliás, nas eleições de 1974, quando o regime afrouxou o controle sobre a propaganda eleitoral, o voto oposicionista foi vencedor nos grandes centros urbanos, ainda sob o governo do (agora “popular”) Médici.

Certamente nos anos Médici a ditadura viveu seu auge, o “Milagre brasileiro” e o desbaratamento da oposição antissistêmica simbolizaram a vitória dos preceitos que em 1964 conquistaram o Estado. A modernização capitalista e a contrarrevolução estavam plenamente vitoriosas (Lemos, *mimeo*). E, certamente, essa supremacia, somada ao amplo uso de publicidade estatal (combinada a uma dose cavalaresca de coerção), produziu certo consenso, mas é preciso não exagerar.

Pois o mínimo que se espera é que os historiadores sejam capazes de problematizar certas fontes, como o são as pesquisas de opinião feitas no contexto de uma ditadura. Qualquer opositor do regime ditatorial —qualquer que

<sup>25</sup> Em artigo, Jorge Ferreira assim concluiu seu argumento sobre o golpe: “Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa.” (Ferreira, 2004, p. 209). Para uma crítica dessa passagem, que lembra “o povo assistiu bestializado” dos cronistas à época da Proclamação da República, ver (Mattos, op. cit.: 16).

<sup>26</sup> Naquele livro ele afirma que nas eleições de 1966 os votos brancos e nulos alcançaram proporções inéditas, e sobre as eleições de 1970 o número destes votos de protesto seria ainda maior, alcançando o índice de 30% (Reis, 2000, pp. 44 e 59).

fosse sua tendência política—, em face de uma entrevista sobre o comandante em chefe da ditadura, certamente, por uma questão de sobrevivência, evitaria pronunciar-se de forma crítica em relação àquele governo. Desse modo, é sob a suspeita quanto à verossimilhança de suas informações que uma fonte deste gênero deve ser mobilizada na prática historiográfica. Muito menos a euforia com o tricampeonato mundial de futebol (1970), a frequência a festividades cívicas, ou os aplausos ao general Emílio Garrastazu Médici nos estádios de futebol, podem ser contabilizados como provas suficientes de que apenas “uns loucos” não percebiam que aquele era “um país que vai pra frente”, ainda que, certamente, a ditadura tenha sabido tirar um bom proveito de todos esses episódios.

### À guisa de conclusão

Christopher Hill, historiador da Revolução Inglesa do século XVII, em um dos seus mais belos trabalhos, assim se pronunciou sobre a necessidade das revisões historiográficas:

A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras. (Hill, 1987, p. 32)

Todavia, nessa reescrita, a possibilidade de que no final se acabe por produzir um conhecimento inferior ao que se pretendia superar está sempre colocada, especialmente quando o que move a produção de uma nova leitura não é mais que produzir uma leitura do passado ideologicamente orientada sob roupagem acadêmica. A depender da “economia política” por detrás de tal releitura, o que se acaba por fazer é nada menos que uma imagem de acordo a um projeto conservador no presente, época do neoliberalismo<sup>27</sup>. É nesse sentido que outro historiador também ensina que:

Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história de nosso próprio tempo quando olhamos para o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem *somente* a história de seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o

<sup>27</sup> Em seu livro *História, análise do passado e projeto social*, Josep Fontana chama de “economia política justamente os projetos de presente/futuro que necessariamente informam qualquer representação do passado”. Utilizo aqui nesta mesma acepção, e não no sentido do objeto da crítica marxiana, daí as aspas (Fontana, 1998).

passado e o presente, mesmo sem intenção de o fazer. (Hobsbawm, op. cit., p. 14, grifo do autor)

Por fim, vale uma breve nota. Após realizar uma genealogia do revisionismo, Enzo Traverso acaba por sugerir que a crítica historiográfica deveria abandonar tal termo (Traverso, op. cit., p. 101). Tal postura advém da preocupação de que o termo implicasse na aceitação de uma História “teologizada” que acabasse por produzir uma visão normativa sobre o passado – algo como uma “História oficial”. Ora, o que esse tipo de postura acaba deixando de lado é aquilo que talvez seja o mais essencial das polêmicas historiográficas discutidas neste artigo: que é a produção de uma visão normativa da História oriunda da própria operação revisionista; ou seja, de que, sem que seja submetido a um combate consequente, o revisionismo venha a ser tomado como norma (Cf. Soutelo, op. cit., pp. 102-3). Nesse sentido, abrir mão de criticar as operações revisionistas arroladas nesse texto conduz a uma visão ingênua sobre a evolução da historiografia contemporânea, contribuindo para a mistificação segundo a qual essa evolução seja uma mera sucessão de modas intelectuais, e pior, de que as narrativas mais recentes sejam necessariamente melhores do que os trabalhos considerados clássicos.

### Referências

- ANDERSON, Perry. “O balanço do neoliberalismo.” In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.
- \_\_\_\_\_. “Ideias e ação política na mudança histórica.” *Margem Esquerda*, n.1, São Paulo, p.19-92, 2003.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “1964, o ano que não terminou.” In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.205-236.
- ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história*. São Paulo: Xamã, 2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª edição. São Paulo: UNESP, 2010.
- BENSAÏD, Daniel. *Moi, La Révolution*. Remembrances d’une Bicentenaire Indigne. Paris: Gallimard, 1989.
- CALLINICOS, Alex. *A vingança da História*. O marxismo e as revoluções do Leste Europeu. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- CARONE, Edgar. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- COATES, David. Revisionismo. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p.323-324.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Feira de Santana: Ed. UEFS; São Paulo: Xamã, 2012.
- COURTOIS, Stéphane (org.). *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. São Paulo: Bertrand, 1999.
- DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ELEY, Geoff. "Nazism, Politics and the Image of the Past: Thoughts on the West German *Historikerstreit* 1986-1987." *Past and Present*, n. 121, p.171-208, nov.1988.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FELICE, Renzo De. *Rosso e Nero*. Milão: Baldini & Castoldi, 1995.
- FERREIRA, Jorge. "A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular." *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p.181-212, 2004.
- \_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FONTANA, Josep. *História, análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.
- \_\_\_\_\_. *História dos homens*. Bauru: Edusc, 2004.
- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia de comunismo*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução em debate*. Bauru (SP): EDUSC, 2001.
- FURET, François & NOLTE, Ernest. *Fascismo y comunismo*. México/Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GOLDHAGEN, Daniel. *Os carrascos voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GROPPO, Bruno. "'Revisionismo' histórico y cambio de paradigmas en Italia y Alemania." *Políticas de la Memoria*, Buenos Aires, n. 4, p.47-60, verão de 2003/2004.
- HABERMAS, Jürgen. "Tendências Apologéticas." *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, p.16-27, 1989.
- HALL, Clarence W; WHITE, William L. "A Nação que se salvou a si mesma", *Seleções do Reader's Digest*, Rio de Janeiro, n. 274, pp. 93-120, novembro de 1964.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. Idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- JAMESON, Fredric. "As antinomias da pós-modernidade." In: *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



- LEMOS, Renato. "Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964." (mimeo)
- LOFF, Manuel. "Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução." *História & Luta de Classes*, n. 12, p.11-16, setembro de 2011.
- LOSURDO, Domenico. *Il revisionismostorico: Problemi e miti*. 5ª edição. Roma-Bari: Laterza, 2002.
- MACHADO, Eliel. "Limites da 'democracia procedimental' na América Latina." *Mediações*, v. 13, n. 1-2, p.260-282, jan/jun e jul/dez. 2008.
- MADSEN, Jacob Westergaard. "The Vividness of the Past: A Retrospect on the West German *Historikerstreit* in the mid-1980s." *University of Sussex Journal of Contemporary History*, (1), 2000.
- MATTOS, Marcelo Badaró. "Os trabalhadores e o golpe de 1964." *História & Luta de Classes*, n. 1, p. 7-18, 2005.
- MELO, Demian. "A miséria da historiografia." *Outubro*, São Paulo, n. 14, p.111-130, 2006.
- MIR, Luís. *A revolução impossível: a Esquerda e a Luta Armada no Brasil*. São Paulo: ed. Best Seller, 1994.
- NETTO, Araujo. "Paisagem." In: DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964, p.13-63.
- NOLTE, Ernst. "O passado que não quer passar." *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, p.10-15, 1989.
- PISANTY, Valentina. *L'irritante questione delle camere a gas. Logica del negazionismo*. Milão: RCS Libri, 1998.
- POGGIO, Pier Paolo. *Nazismo y revisionismo histórico*. Madrid: Akal, 2006.
- REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. etalli. *Versões e Ficções : o seqüestro da História*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. "Ditadura, anistia e reconciliação." *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.23, n. 45, p.171-186, jan./jun.2010.
- ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SEGRILLO, Ângelo. "Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens." *Projeto História*, São Paulo, n. 41, p. 63-92, dezembro de 2010.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- SILVA, José Luiz Werneck da. *A deformação da História ou Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

- SILVA, Eduardo Gomes. *A Rede da Democracia e o golpe de 1964*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- SOUTELO, Luciana de Castro. *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*. Dissertação de mestrado em História Contemporânea. Universidade do Porto, Porto, setembro de 2009.
- TOLEDO, Caio Navarro de. "1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo." *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 19, p. 27-48, 2004.
- TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- VARELA, Raquel (coord.). *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2012.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: uma Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1994.
- VIÑAS, Ángel (ed.). *En el combate por la historia. La república, la guerra, el franquismo*. Barcelona: Pasado& Presente, 2012.
- VVAA. *Versões e Ficções. O seqüestro da História*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

Recebido em agosto de 2013  
Aprovado em setembro de 2013